

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - MDHC

ATA DA 6ª REUNIÃO PRESENCIAL DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO SALES PIMENTA

Nos dias onze, doze e treze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Edifício MultiBrasil, sala Janaina Romão - 1º andar, SAUS - Quadra 5, Bloco A - Asa Sul, Brasília - DF, foi realizada a 6ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta.

Estiveram presentes no dia 11/06/2024: MDHC, FNDC, SNDH, Artigo 19, CONTAG, MNDH, Justiça Global, MST, CEJIL, ITAMARATY, ABGLT, SG/PR, MALUNGU, MPJ, MIR, MRE, UMF/CNJ, MDHC, Terra de Direitos, CNJ e DEMCA/MDA.

Estiveram presentes no dia 12/06/2024: MDHC, FNDC, MNDH, CONTAG, Artigo 19, Justiça Global, ABGLT, MALUNGU, SG/PR, CNDH/CNPG, SMDH, MPF/PFDC, MIR, CEJIL, MPJ, DFNSP/SENASP/MJSP, SENASP/MJSP, INCRA/MDA, Terra de Direitos, MJSP, PF e CNMP.

Estiveram presentes no dia 13/06/2024: MDHC, PNUD, Artigo 19, FNDC, MST, MNDH, Justiça Global, ABGLT, CEJIL, Terra de Direitos, MDA, SG, SMDA, MIR e MPJ.

Continuamente, para agenda dos dias de reunião, foi apresentado o seguinte:

Proposta de Pauta, 11/06/2024:

09h00 - Abertura;

09h15 - Aprovação da pauta;

09h30 - Aprovação das atas das reuniões de janeiro, fevereiro, março, abril e maio;

10h00 - Informes e atualizações do encaminhamento das demandas das últimas reuniões;

12h00 - Intervalo para almoço;

14h00 às 16h30 - Participação da CIDH no GTT Sales Pimenta:

1. Apresentação do GTT (SNDH/MDHC) - 5 minutos,
2. Apresentação da proposta (Artigo 19) - 5 minutos;
3. Saudação de outros entes do Estado (MRE e MDHC-Internacional) - 5 minutos,
4. Apresentação da CIDH - padrões interamericanos sobre a proteção de defensores de direitos humanos,
5. Falas participantes do GTT - 40 minutos,
6. Considerações finais CIDH - 30 minutos,
7. Encerramento (SNDH/MDHC) - 5 minutos;

16h30 - Intervalo;

16h45 às 18h00 - Consultorias GTT Sales Pimenta:

1. devolutiva sobre sistematização do acumulado das escutas,
2. anteprojeto de Lei.

Dia 12/06/2024:

09h00 às 12h00 - Audiências Públicas - apresentação da metodologia pelo subgrupo designado e outras definições: Convidada - Dra. Luísa de Marillac Xavier dos Passos - Conselheira Nacional de Direitos Humanos - Presidente da Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais;

12h00 - Intervalo para almoço;

14h00 às 17h30 –

1. Protocolo La Esperana - CEJIL,
2. Escuta Estado: proteção com escolta; policiamento; apuração; responsabilização; inteligência. Entes estatais convidados: MJSP (SAJU, SENAS, PF); MDHC; FN; CNJ; CNMP; DPU; PFDC; Ouvidoria Agrária.

Dia 13/06/2024:

09h00 Escuta Estado: Políticas de Assistência social. Entes estatais convidados: MDS;
10h30 - Escuta Estado: Terra e Território. Entes estatais convidados: MPI, MIR, MDA;
12h00 - Intervalo para almoço;
14h00 às 17h30 - Reunião Sociedade Civil.

Calendário das próximas reuniões –

1. **JULHO:** dias 23 a 25;
2. **AGOSTO:** dias 13 a 15;
3. **SETEMBRO:** dias 10 a 12;
4. **OUTUBRO:** dias 08 a 10.

Abertura, dia 11/06/2024:

O Conselheiro iniciou a reunião com saudação aos partícipes e leitura da pauta dos três dias de reunião do GTT, que foi ratificada pelos conselheiros e conselheiras. Continuamente, seguiu-se com a leitura de atas e possíveis destaques para correções e posterior aprovação do pleno.

1. Ata de Janeiro - aprovada por unanimidade.
2. Ata de Março - aprovada por unanimidade.
3. Ata de Abril - aprovada por unanimidade.

Foi sugerido pelo pleno que as atas sigam padrão de impessoalidade e que, além da lista de presença, exista justificativa de falta de algum conselheiro (a), além de destaque de propostas e encaminhamentos aprovados. O Conselheiro relatou a pauta do dia 12/06,

informando que algumas entidades importantes para o diálogo não foram convidadas para a escuta. Continuamente, agradeceu a participação dos presentes e finalizou a reunião.

Abertura, dia 12/06/2024:

O Conselheiro iniciou a reunião e fez cumprimentos agradecendo a participação na reunião. Informou que há formalmente a indicação da PGR para o CONDEL, e que serão encaminhadas as minutas de portaria para nomeação do CONDEL. Complementou enfatizando que a nomeação tanto da sociedade civil quanto do poder público se dará no conselho deliberativo do PPDH. Convocou para compor a mesa, os consultores do GTT, Camila, Mariana e João.

A Conselheira saudou a todos e seguiu com o primeiro ponto de pauta do dia, que trata da apresentação de propostas da metodologia das Audiências Públicas. Sugeriu que cada uma das audiências contenha blocos temáticos, para melhor organizar as tratativas e devido à diversidade e amplitude de assuntos tratados pelo GTT. Explicitou que a metodologia tem como garantia maior representatividade social. Relatou que as audiências serão gravadas e registradas em ata por um prazo de até 10 dias para posterior publicização. Relatou que existem duas propostas para a metodologia das audiências:

Proposta 1 (4 horas de duração) - Mesa de abertura com representação do GTT e explicitação do objetivo da audiência, formato e introdução básica, e divisão por blocos para intervenções menores de inscritos para participação.

Proposta 2 (4 horas) - Mesa por bloco, seguida das intervenções específicas do bloco.

A Conselheira complementou dissertando a respeito dos critérios das inscrições para a participação na audiência. Sugeriu como critério democrático que as inscrições sejam

deferidas a partir da ordem de inscrição. A Conselheira reforçou o quantitativo das audiências previstas e os respectivos temas propostos:

Audiência 1 - Julho/São Paulo - Cenário de violação e proteção de pessoas defensoras e comunicadoras em meio urbano (blocos específicos dentro da temática);

Audiência 2 - Julho/Brasília - Cenário de violação e proteção de pessoas defensoras e comunicadoras, vinculadas à questão de Terra e Território e Comunidades tradicionais;

Audiência 3 - Agosto/Brasília - Cenário de violação e proteção de pessoas defensoras e comunicadoras relacionadas à questão de gênero, sexualidade e raça.

O Conselheiro opinou ser pouco o período de 4 horas para a realização da audiência, e que, apesar de não existir tempo para réplica, deve haver garantia de contraposições dos participantes. A Conselheira destacou que a ideia de existência de inscrições por formulário facilita a temática das audiências e atende uma demanda maior de representatividade. Relatou que o tempo total da audiência, de 4 horas, não é considerado escasso se as inscrições de fala por participante limitarem 5 minutos. Discorreu que deve-se pensar em metodologia que contemple a participação das comunidades por meio de recursos financeiros que garantam esse acesso. A Conselheira relatou que não há como limitar a participação de pessoas em audiências, mas que pode-se estabelecer critérios de participação. Ato contínuo, a Conselheira seguiu com os encaminhamentos a respeito das audiências públicas, que foram os seguintes:

1. A Conselheira sugeriu um dia para audiência presencial e um dia para audiência online, sobre a mesma temática;

2. Sobre o local, definiu-se - a) Audiência sobre Terra e Território (Pará); b) Audiência sobre questões urbanas (São Paulo); e, c) Audiência sobre questões de gênero, raça e sexualidade (Brasília);
3. Em relação ao tempo de audiência, encaminhou-se 6 horas para a presencial e 4 para a audiência online;
4. Com relação à mesa da abertura, indicou-se a composição - GTT, MDHC, MPF, CNDH e representante local do espaço;
5. Sobre o formato da reunião, optou-se pela abertura de inscrições de fala no momento da reunião;
6. Com relação à inscrição das falas, nas audiências presenciais, sugeriu-se inscrição no momento de fala, com uma coordenadora para esse momento de participação social. Nas audiências virtuais, a inscrição se dará por blocos destrinchados através de formulário;
7. Quanto à participação do GTT nas audiências, delimitou-se 3 representantes do governo e 3 da sociedade civil, ou seja, um representante de cada por audiência;
8. Sugeriu-se realização de reuniões ampliadas com outras organizações para mobilização das temáticas;
9. Definição de datas das audiências presenciais - 1. Audiência sobre gênero, raça e sexualidade em Brasília, dia 07 de agosto; 2. Audiência sobre meios urbanos em São Paulo, dia 24 de julho; e, 3. Audiência sobre Terra e Território no Pará, dia 29 de agosto.

Finalizadas as discussões a respeito das audiências, a Dra. relatou que não poderá estar presente no período vespertino e agradeceu o convite do GTT e a participação nesse momento de importante construção e desafios. Os entes estatais convidados: MJSP, SAJU, SENAS, PF relataram a urgência da efetividade no sistema de proteção aos defensores dos direitos humanos, pois deve-se implementar o quanto antes a segurança dessas pessoas. Relatou-se que a vida de muitos defensores de direitos humanos é violada corriqueiramente, e, às vezes, com auxílio de pessoas representantes desses direitos violados. É fundamental a atuação sistemática de diversas instituições para políticas de

proteção urgentes. Conclusivamente, o Conselheiro agradeceu a contribuição de todos os conselheiros e entidades convidadas para diálogo a respeito da segurança e protocolo a ser implementado para efetivação das ações de proteção aos defensores de direitos humanos. Seguidamente, encerrou a reunião.

Abertura, dia 13/06/2024:

O Conselheiro iniciou a reunião saudando a todos os partícipes e propondo que a pauta do dia seja concluída no período matutino.

A Conselheira prosseguiu com relato dos pontos de pauta que ficaram pendentes do dia anterior - 12/06/2024, discriminando: 1. término da discussão das audiências públicas; 2. definição de data das audiências online; e, 3. definição dos subgrupos que vão organizar as audiências.

O Conselheiro saudou a todos e informou como proposta para audiência pública no Pará, já dialogada com o pleno em reunião anterior, a data do dia 29 de agosto de 2024.

A Conselheira apresentou a definição de datas das próximas reuniões e audiências, já ratificadas no GTT: 1. Julho - 24/07 (Audiência Presencial sobre meios urbanos - São Paulo), 25/07 (Audiência Online sobre meios urbanos - São Paulo); e, 2. Agosto - 06/08 (Audiência Online sobre gênero, sexualidade e raça - Brasília), 07/08 (Audiência Presencial sobre gênero, sexualidade e raça - Brasília), 27/08 (Reunião do Pleno), 28/08 (Audiência Online sobre Terra e Território - Belém/PA) e 29/08 (Audiência Pública Presencial sobre Terra e Território - Belém/PA).

Após designação do calendário para julho e agosto de 2024, a Conselheira introduziu discussão sobre a organização dos subgrupos para as audiências propostas, com 3

representações da sociedade civil e 3 do Estado. Para audiência em São Paulo, apresentou as seguintes representações: 1. Governo - MJSP, MIR; e, 2. Sociedade civil - Conselheiros. Para audiência pública em Belém/PA, apresentou as seguintes representações: 1. Governo - Secretaria-Geral e fazer levantamento de quais Ministérios podem participar; e, 2. Sociedade civil - Conselheiros. Para audiência sobre interseccionalidade de pessoas defensoras de mulheres, indígenas, população LGBTQIAPN+ e quilombolas, apresentou: 1. Governo - verificar quais Ministérios podem acompanhar; e, 2. Sociedade civil - Conselheiros.

Concluídas as sugestões de representações nas audiências públicas propostas, partiu-se para debates sobre as consultorias.

O Conselheiro deu seguimento com ponto de pauta sobre as consultorias, lembrando que em 13 junho de 2023 foi publicado o decreto que criou o GTT Sales Pimenta. Seguiu com a apresentação dos novos consultores integrantes do GTT, selecionados através de edital dialogado na reunião anterior, em maio de 2024. Continuamente, os novos consultores apresentaram-se ao pleno, reafirmando o compromisso que assumiram junto ao GTT. A Consultora relatou que vai tratar dos eixos temáticos do Plano Nacional, e reforçou enfoque de cunho pedagógico em relação aos direitos humanos. A Consultora se apresentou e informou ter sido selecionada pelo Edital nº 7, que trata da sistematização do Plano Nacional. O Consultor, antropólogo, saudou a todos e relatou ter sido selecionado pelo Edital nº 5, que trata dos projetos de lei e da sistematização das sugestões das Comunidades Tradicionais Indígenas. Propôs realizar comparativo das experiências europeias com proteção aos direitos humanos, destacando ter experiência em trabalhos que já realizou junto ao Governo Britânico.

O Conselheiro sugeriu diálogo com os consultores para orientação geral do GTT e exposição das expectativas do pleno para sistematização do plano de trabalho. Os

conselheiros e conselheiras saudaram os novos consultores e explicitaram os desafios vivenciados rotineiramente pelo GTT. Destacaram que, os consultores que materializarão o Plano Nacional e as reuniões de pleno. Como sugestão, propuseram que os novos consultores tenham domínio da legislação afeta ao GTT, bem como as memórias do que já exposto, para que haja subsídios jurídicos do que está sendo construído.

O Conselheiro relatou que a próxima reunião descentralizada sucederá em São Paulo, na data do dia 24 de julho, juntamente com a audiência já estipulada, que direciona como foco as questões urbanas: Indígenas, quilombolas, POP Rua. Ressaltou que a Portaria para prorrogação por mais 180 dias do GTT já está em poder do pleno, e que, após ratificação, ficará o GTT vigente até o dia 10 de dezembro de 2024.

O Secretário relatou que o desafio dos 6 primeiros meses do GTT foi estruturar a secretaria para implementação das políticas públicas que estão no âmbito da administração da proteção aos defensores dos direitos humanos. Discorreu que, já iniciou diálogo para a PLOA 2025, no contexto dos convênios estaduais e da equipe técnica federal, que apregoa desafios para convencer os estados que ainda não têm programa estadual para fazer a adesão, tornando-se conveniados com o governo federal. Enfatizou que, até o momento, apenas o estado do Espírito Santo demonstrou interesse na adesão. Declarou que para 2025, há de ser pensada em uma política de direitos humanos que tenha orçamento adequado para atender as demandas sugeridas, com ações de incremento e melhor aporte financeiro. Relatou avanço com as tratativas feitas com o Ministério da Justiça, para que o programa de proteção possa também ser um órgão demandante da Força Nacional para as ações de proteção dos defensores dos direitos humanos. Demonstrou satisfação com a qualificação dos consultores técnicos selecionados.

O Conselheiro destacou a necessidade de participação do Ministro Silvio Luiz de Almeida em reuniões com o GTT Sales Pimenta, para que haja diálogo sobre as atividades previstas

e apoio na conclusão das tarefas objetivadas pelo grupo de trabalho. Destacou a importância de avanço nas discussões e debates para formulação do Plano, que é instrumento necessário para realização das atividades, e considerou a relevância do trabalho dos consultores para concretização do Plano Nacional.

O Conselheiro sugeriu a criação de uma estrutura institucional permanente de proteção para além dos defensores dos direitos humanos para que, como órgão apoiador, efetive as ações a serem implementadas pelo GTT. A Conselheira declamou expectativas que não foram superadas no governo atual, por conta de processos burocráticos, dificultadores da agilidade entre a política real e a política idealizada. Relatou a necessidade de que as representações governamentais se façam mais presentes nas atividades do GTT.

O Conselheiro reforçou a importância da participação dos Ministérios na articulação e elaboração do Plano. A Conselheira relatou que a agenda de julho está atrelada à audiência pública que ocorrerá em São Paulo e destacou como proposta de pauta: 1. Aprovação de pauta; 2. Aprovação de atas pendentes; 3. Últimos detalhes da audiência pública caso haja alguma pendência antes da solenidade; 4. Devolutiva das consultorias; e, 5. Discussão sobre metodologia de desenvolvimento do plano a partir dos eixos definidos em reuniões anteriores para evolução dos próximos passos do trabalho.

A Conselheira registrou que não poderá estar presente na reunião de julho. O Conselheiro relatou que proporá uma pauta e encaminhará por grupo para fechamento da programação a partir das deliberações concretizadas na presente reunião. Declamou que haverá convocação da Suplência do MDH, Justiça Global e a Suplência da Artigo 19 para agosto.

Conclusivamente, agradeceu aos conselheiros e conselheiras pelas contribuições realizadas e encerrou a reunião do GTT.